

DÍVIDA EXTERNA — QUEM DEVE A QUEM ?

**Uma Análise do Endividamento Externo da
América Latina, e em Especial do Brasil,
na Década de 80**

Robert Paula Gouvêa

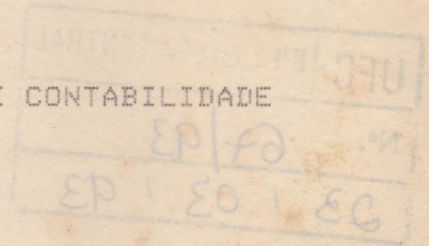
Fortaleza - 1993

BSFEAC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



DIVIDA EXTERNA - QUEM DEVE A QUEM ?

Uma Análise do Endividamento Externo da América Lati-
na, e em especial do Brasil, na Década de 80.

ROBERT PAULA GOUVEIA

ORIENTADOR: AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA

FORTALEZA

1993

BSFEAC

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Economia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

MONOGRAFIA APROVADA EM 27 DE JANEIRO DE 1993

AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA

AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA

EURYPEDES EWBANK ROCHA

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer a várias pessoas, sem as quais fatalmente este trabalho não teria sido realizado.

Primeiro sou grato a meus pais e a toda a minha família, que, à sua maneira, me deu força para chegar até aqui.

Os colegas da FEAC tiveram participação fundamental no processo de realização desta monografia. A todos eles, o meu muito obrigado. Gostaria de fazer uma menção especial à companheira Inês (a Ia), que, ao me ver "apanhando" de um certo micro na faculdade, foi solidária e ensinou-me alguns truques para amenizar meu sofrimento. Agradeço também a seu esposo, o amigo George (o Neno), pela paciência infinita que tinha ao nos esperar.

Não posso deixar de mencionar também meus amigos do tipo "pau pra toda obra", Jairo, Carênina e Luci, que sempre me deram força, das mais variadas maneiras e nos mais diversos períodos de minha vida acadêmica, notadamente nos momentos de crise. A vocês, todo o meu carinho.

Obviamente tenho muitos outros amigos na FEAC, mas é impossível citar a todos. Por isso considerem-se todos homenageados.

Agradeço também ao meu professor orientador, Aécio, por ter me ensinado o "caminho das pedras" e por sua infinita paciência e compreensão para com um orientando nem sempre regular. Além de orientador, Aécio foi, durante minha passagem pela

FEAC, um grande exemplo de profissional, ser humano e companheiro. Valeu meu irmão!

Agradeço ainda aos professores Agamenon e Eurypedes, que participaram da banca examinadora do trabalho e contribuíram de forma decisiva para uma melhor qualidade do mesmo.

Gostaria de ressaltar também, os demais professores que conviveram comigo neste período e que, sem dúvida alguma, contribuíram muito para minha formação.

Há ainda os funcionários da FEAC, que deram apoio não só estrutural, como também pessoal e em várias oportunidades.

Agradeço de forma especial à professora Sandra, que, num momento em que a baixa estima era a tônica na minha vida estudantil, surgiu com sua alegria e seu estímulo e ajudou a mudar o quadro. Não vou esquecê-la nunca!

Existem algumas pessoas que não fazem parte do dia-a-dia da FEAC, mas que eu gostaria de mencionar, pela importância que eles tiveram e continuam a ter para mim. Primeiro meu amigo Marcos (o Marquinho), aluno do curso de Medicina, que vem me dando apoio desde a época do colégio. Agradeço também à Vanda Rabelo, um exemplo de profissional e um ser humano maravilhoso. Não posso esquecer a Ednalva, que me comoveu pelo carinho que dispensou a mim neste período de confecção do trabalho. Sem vocês todos, eu não teria escrito nada disso. Valeu demais!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPITULO I	
Dívida Externa: Antecedentes, Origem e Desenvolvimento de um Mecanismo de Espoliação	10
CAPITULO II	
Década de 80 - Um Hiato Temporal	25
CAPITULO III	
O FMI e as Taxas de Juros Flutuantes: Protagonistas de uma História de Dominação	37
CONCLUSÃO	
Quem Deve a Quem ?	58
BIBLIOGRAFIA	64

" Acredito que exista uma idéia essencial, (...) desde a época de Roma existe um princípio imperial, que é: "Dividir para imperar". Esta tem sido sempre a tática de todos os impérios, e por isto tratam de dividir os nossos povos uns dos outros, tratam de dividir cada povo internamente; e mais ainda, tratam de dividir os trabalhadores com todos os meios possíveis, e, se o slogan ou o princípio imperialista é dividir para imperar, o princípio dos trabalhadores deve ser unir para triunfar "

FIDEL CASTRO em, A Dívida Externa, 1986.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema Dívida Externa baseou-se na profunda relevância que tem hoje a problemática do endividamento externo dos países da América Latina no contexto da economia mundial. Nesse sentido, entendemos que o tema é síntese de múltiplas determinações e, portanto, uma complexa estrutura que vai muito além de uma simples relação entre credor e devedor.

Essa estrutura seria, no caso, todo um arcabouço econômico, político e ideológico de legitimidade que alguns (notadamente os credores internacionais) tentam dar à questão. Nele estariam incluídos os agentes que tentam legitimar a dívida, como o Fundo Monetário Internacional-FMI, por exemplo, bem como os instrumentos por eles utilizados, tais como as taxas de juros flutuantes, as evasões de capital para o exterior, etc.

Tal arcabouço existe, na nossa opinião, simplesmente para garantir a continuidade desse processo de sugamento ao qual está submetida a América Latina, desempenhando assim um papel estratégico importantíssimo no sentido de passar à opinião pública mundial (incluídos aí tanto o Primeiro como o Terceiro Mundo) uma visão enganosa de legitimidade de todo o processo de endividamento existente.

Queremos então, com esse trabalho, mostrar que a realidade é bem outra, muito distante dessa ótica dos credores. Pa-

ra nós a dívida externa da América Latina, longe de resolver seus problemas financeiros, tornou-se um dos mais sérios, se não o mais sério, dos entraves ao seu desenvolvimento. E aí, não falamos somente sobre o desenvolvimento econômico, industrial ou financeiro do Continente. Quando usamos a palavra desenvolvimento estamos nos referindo, principalmente, a parâmetros sociais de bem-estar: investimentos nas áreas de saúde, habitação, infra-estrutura básica, educação, etc.

Quanto a essas questões, que para nós devem ser prioritárias em qualquer sociedade, achamos que a América Latina foi sensivelmente prejudicada na última década, e esse prejuízo em função dos pagamentos de juros de uma dívida, a nosso ver ilegítima e irreal.

Assim, analisaremos o processo de endividamento externo da América Latina centrando nossas atenções na década de 80, dando especial importância ao caso brasileiro. O trabalho está subdividido em quatro capítulos. No primeiro, tentaremos mostrar que a dívida externa da América Latina tem raízes profundas, representando uma nova forma de dominação na longa história de submissão dos povos do continente às grandes potências econômicas. No capítulo seguinte, faremos uma análise mais apurada da década de 80, procurando revelar a verdadeira dimensão da transferência de renda do continente latino-americano para os credores internacionais, transferência essa que obstaculou qualquer possibilidade de crescimento para o continente, transformando esta década num período de estagnação quase que total para o

Continente, tanto que ficou conhecida como a década perdida. O terceiro capítulo do trabalho apresenta uma descrição dos mecanismos impostos pelo FMI para forçar os povos latino-americanos a pagar os serviços da dívida. Além disso, enfocamos também a questão das taxas de juros flutuantes, mostrando-as como o principal agravante da problemática da dívida e um instrumento eficaz na geração de lucros para alguns e miséria para muitos, ao mesmo tempo. Finalmente, no último capítulo faremos algumas considerações acerca do problema da dívida baseadas nas análises anteriores, procurando mostrar nossa opinião e apresentar alternativas que possam ajudar a resolver o problema.

Dessa forma, esperamos contribuir para um esclarecimento maior quanto à problemática da dívida externa, ajudando a formar uma opinião consciente quanto ao problema, o que é, a nosso ver, o primeiro passo a ser dado para acabar com ele.

CAPÍTULO I

DÍVIDA EXTERNA: ANTECEDENTES, ORIGEM E DESENVOLVIMENTO
DE UM MECANISMO DE ESPOLIAÇÃO

A Revolução Industrial proporcionou ao mundo um grande desenvolvimento científico e tecnológico sendo considerada, sob esse aspecto, um grande benefício para a humanidade. Mas essa mesma revolução, deu um grande impulso à economia mundial, culminando com a afirmação do sistema econômico capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo, foi se mostrando cada vez mais desigual, distribuindo a riqueza mundial em benefício de alguns países e em detrimento da imensa maioria dos povos do mundo. E foi exatamente o fato de basear-se na opressão e espoliação econômica da maioria, que introduziu o capitalismo na fase imperialista, no início do atual século.

Mas qual a relação existente entre esse imperialismo, que surgiu no início do século, e a atual dívida externa da América Latina? Para responder a essa questão é preciso entendermos aspectos fundamentais do imperialismo, analisando os mecanismos que propiciaram sua inserção e desenvolvimento na economia mundial. Podemos adiantar entretanto, que a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, e em especial, a da América Latina, representa hoje o mais eficiente dos instrumentos utilizados pelos

países imperialistas no sentido de manter o 'status quo' dessa economia, qual seja, a subserviência das economias periféricas, frente as economias ditas centrais. Como afirma Paulo Schilling¹ "o processo de endividamento do Terceiro Mundo constitui, seguramente, a mais importante e audaz manobra da história do imperialismo".

O surgimento do imperialismo deu ao mundo uma nova ordem econômica, caracterizada pela concentração/centralização² da maior parte do capital nos chamados países industrializados. Como consequência, surgiram nesses países os monopólios empresariais, divididos em monopólios bancários e industriais. Esses monopólios acabaram por se unir, dando origem ao chamado capital financeiro, que representava o capital à disposição dos bancos e que era utilizado pelos industriais em seus empreendimentos.

Esse capital financeiro passou então a reproduzir-se de forma rápida e contínua, acabando por gerar uma superacumulação e, por conseguinte, a formação de capitais excedentes. A consequência imediata de tudo isso foi a queda na taxa de lu-

1. Paulo R. Schilling. Dívida Externa e Imperialismo na Penúltima Década do Século XX, pg.2.

2. Concentração/Centralização: "... a concentração dos capitais já formados corresponde à transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. (...) Pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando. (...) O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é acentração propriamente dita." Karl Marx. O Capital, livro primeiro, vol 2, pg.727.

cross, e a necessidade de exportação de capitais por parte dos países onde se formaram os monopólios e o capital financeiro. O destino desses recursos foi os países menos industrializados, que os receberam sob a forma de investimentos diretos, os chamados capitais de risco.

Através da exportação de capitais, os monopólios passaram a controlar as fontes de matérias-primas e a se aproveitar dos mercados e da mão-de-obra barata dos países pobres, realizando um lucro extraordinário, capaz de compensar e/ou atenuar a queda na taxa de lucro nos seus países de origem.

Podemos notar, portanto, que o imperialismo no final do século passado significou fundamentalmente a exportação de capitais dos países centrais para a periferia, tornando o investimento no exterior um escoadouro para o excedente criado internamente, e possibilitando a continuidade do processo de reprodução ampliada desses capitais. Lenin, em sua obra *El Imperialismo, fase superior del capitalismo*, definiu assim o imperialismo de sua época: " O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que tomou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro e adquiriu grande importância a exportação de capitais " .³

Entretanto, depois da crise ocorrida entre as duas

3. Vladimir I. Lênin in, Nilson Araújo de Souza. *A Nova Ordem Econômica Internacional*; pg. 14.

guerras mundiais, o imperialismo emergiu da Segunda Guerra Mundial com novas características, sem negar as anteriores. Após o acordo de Bretton Woods em 1944, o dólar norte-americano passou a ser uma moeda de referência e, por conseguinte, os Estados Unidos ratificaram sua hegemonia na economia mundial. Além disso, surgiram as multinacionais, que se tornaram agentes da expansão imperialista mundial, operando principalmente através de sucursais nas economias dependentes. Foram criadas instituições para ordenar as relações econômicas mundiais, destacando-se o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI. Tais instituições eram, na verdade instrumentos de intervenção imperialista sobre o destino dos países dependentes, como afirmou Darrel Delamaide em seu livro *O Choque da Dívida*: "O FMI é possivelmente o clube menos democrático do mundo. Ainda que composto por 151 nações-membros, quem exerce o comando, devido ao voto ponderado, é o Grupo dos 10: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Japão, Itália, Canadá, Países Baixos, Bélgica e Suécia. As decisões são tomadas efetivamente pelo Grupo dos 5, os primeiros da lista. Porém, é tão acentuada a predominância norte-americana na economia mundial e o dólar nas finanças do mundo, que nenhuma decisão pode ser tomada pelo Grupo dos 5 ou pelo Grupo dos 10, ou pelos 151 países membros, sem a anuência de Washington."⁴

Em função de todos esses fatores, a partir da década de 50 as entradas líquidas de capital direcionados à periferia,

4. Paulo R. Schilling. Op. cit., pg. 15.

mudam de sinal. As saídas de investimentos diretos dos países centrais passam cada vez mais a ser superadas pelos retornos proporcionados por esses mesmos investimentos. Para se ter uma idéia da situação, conforme nos mostra Paulo Schilling⁵, entre 1950 e 1963, as saídas de investimentos dos Estados Unidos somaram 17,328 bilhões de dólares, contra 29,416 bilhões de dólares de retorno. Assim, o investimento no exterior deixou de ser um escoadouro para o excedente criado nos países centrais e passou a ser um recurso eficaz para a transferência de excedentes gerados no exterior para esses mesmos países. Os países periféricos assumem assim a condição de exportadores de capital. Para se ter um exemplo claro de como se dava esta exportação por parte dos países periféricos, temos o exemplo do Brasil. Schilling, ao analisar o movimento de capitais, empréstimos e gastos com "serviços" no País, no período entre 1947 e 1960, com dados da SUMOC mostra-nos que, somente em 1957 o saldo nos foi favorável. Nos demais anos houve saída líquida de capitais. Há que se notar que no final do período analisado (Governo JK) e depois com o Milagre (1967/73) houve uma abertura ao capital externo, que passou a controlar, monopolisticamente, quase a totalidade dos setores mais dinâmicos e lucrativos da economia nacional.

Mas foi a partir da década de 70, com a crise do petróleo (1973/4), que a forma de espoliação sobre os países do Terceiro Mundo começou a sofrer uma mudança mais significativa. Nesse período, os investimentos via capitais de risco foram

5. Paulo R. Schilling. Op. cit., pg. 3.

substituídos pelo fornecimento de empréstimos diretos ao Terceiro Mundo. Essa substituição se deu em função do excesso de depósitos de petrodólares feitos pelos grandes produtores de petróleo junto aos banqueiros dos países centrais. Sem poder aplicar esses recursos nas economias de seus países (devido à recessão provocada pela mesma crise do petróleo), restou-lhes a alternativa de reciclar esses recursos nos países periféricos não produtores de petróleo. Tal reciclagem se deu via sistema bancário internacional através de empréstimos diretos, os quais foram feitos com grande flexibilidade quanto às exigências além de terem sido fornecidos, em sua maioria, a governos ditatoriais, que não possuíam a mínima legitimidade para contraí-los. Toda essa situação levou à derrocada financeira de vários países do Terceiro Mundo, com a dívida externa se constituindo no mecanismo mais eficaz da espoliação imperialista na década de 80.

Essa nova faceta do imperialismo surgiu com o agravamento da crise do petróleo e a emergência de uma recessão generalizada no começo dos anos 80. Os imperialistas viram então na cobrança dos empréstimos fornecidos à periferia na década de 70, não só uma maneira de enfrentar suas dificuldades econômicas imediatas, mas também uma fonte de recursos capaz de viabilizar o financiamento para uma posterior recuperação econômica.

Essa tomada de posição por parte dos governos e bancos credores representou um marco no processo de endividamento do Terceiro Mundo e da América Latina em especial, pois, a partir daí os valores desse endividamento passaram a aumentar cada vez

mais, não obstante os países devedores terem mantido o pagamento dos juros e amortizações a ele referentes.

Para se ter uma idéia da magnitude dos aumentos ocorridos, temos o exemplo do Brasil, citado por Schilling em seu trabalho⁶: entre 1973 e 1985 entraram no país, a título de crédito, 121.326 milhões de dólares; foram pagos 64.945 milhões de dólares de amortizações e 80.433 milhões de juros, perfazendo um total de 145.378 milhões de dólares. A diferença entre o crédito obtido e o que foi realmente pago (24.052 milhões de dólares) corresponde à transferência líquida ao exterior. Neste período entretanto, a dívida externa bruta brasileira aumentou de 9,5 bilhões de dólares para 95 bilhões de dólares. Tomando-se como base somente a década de 80, os dados mostram-se ainda mais alarmantes: entre 1980 e 1987 o Brasil pagou 121 bilhões de dólares entre juros e amortizações e sua dívida passou de 64,2 bilhões de dólares para 121,3 bilhões de dólares.

Esse crescimento da dívida se explica, segundo os credores, pelo fato de terem sido utilizadas taxas de juros flutuantes nos contratos que originaram a dívida. Entretanto, a Conferência Internacional sobre a Dívida Externa, realizada por associações jurídicas internacionais em São Paulo, no ano de 1986, concluiu que muitos desses contratos eram ilícitos, uma vez que infringiam normas do Direito Internacional e ordenamentos jurídicos internos, não só dos países devedores, como também

6. Paulo R. Schilling. Op. cit., pg. 5.

dos próprios países credores. O documento extraído da conferência, tratou assim a questão: "Constitui uma violação flagrante de princípios de direito, universalmente reconhecidos, a inserção nos contratos de cláusulas que permitem a alteração do valor das obrigações e das condições do seu cumprimento, pela vontade unilateral de um dos contratantes, como ocorre com a cobrança de taxas de juros variáveis, que são fixadas pela parte credora."⁷

Além da questão das taxas de juros flutuantes, um outro fator também contribuiu para o aumento da dívida externa latino-americana na década de 80: a enorme evasão de capital ocorrida no continente. Segundo o Banco Mundial⁸, o conceito de evasão de capital é um tanto obscuro. Estatisticamente, não é fácil estabelecer distinção entre a evasão e os fluxos normais de capital gerados pelas relações comerciais e pela crescente integração financeira mundial. Alguns autores a definem como capital que deixa um país em virtude de percepções de risco interno fora do comum. Ela já foi também definida como aquela parte dos ativos estrangeiros cuja venda como investimento não é registrada nas estatísticas do balanço de pagamentos. Por outro lado, pode ser definida como toda e qualquer saída de capital, uma vez que qualquer saída acarreta certa perda à economia interna. Assim, a evasão de capital pode ser medida como o estoque de bens externos adquiridos por residentes, ou como as saídas líquidas de capital a curto prazo do setor privado não bancário

7. Paulo R. Schilling. Op. cit., pg. 9.

8. Relatório do Banco Mundial sobre Desenvolvimento Mundial. Oxford University Press para o Banco Mundial. Set/1990.

(capital especulativo). O lançamento de erros e omissões do balanço de pagamentos é geralmente incorporado a essas medições, no pressuposto de que grande parte da evasão de capital consiste em transações ilegais que aparecem somente nesse item. Quando atinge de sub ou super faturamento a evasão de capital não é captada nas contas do balanço de pagamentos. Nenhuma dessas definições, porém, é inteiramente satisfatória; todas acarretam problemas de mensuração. Na melhor das hipóteses, são boas estimativas.

Na América Latina, o volume da evasão de capital tem variado consideravelmente. Calcula-se que, no período entre 1980 e 1985, totalizou cerca de US\$ 49 bilhões na Argentina, US\$ 85 bilhões no México e US\$ 14 bilhões no Brasil. Esses dados encontram-se na tabela 1, a seguir:

TABELA 1

Dívida Externa e Estimativa da Evasão de Capitais
em Três Países Devedores Latino-Americanos (1985)

(valores em bilhões de dólares)

Países	Dívida	Montante Evasionado	Dívida Sem Evasão
Argentina	50	49	1
Brasil	106	14	92
México	97	85	12

Fonte: Morgan Guaranty Trust Company of New York in Schilling, Paulo R.: A Dívida Externa e o Imperialismo na Penúltima Década do Século XX.

Em certos anos a evasão de capital em países como Argentina e Venezuela foi equivalente à metade da poupança nesses países. No Brasil, como vimos, a evasão foi pequena. Boa parte dos recursos que deram origem à dívida na década passada foram

desviados para o exterior por governos corruptos, empresas multinacionais ou mesmo pelas classes dominantes dos países latino-americanos. O destino desses recursos eram as contas numeradas na Suíça, os chamados paraísos fiscais ou os próprios bancos americanos, sendo que muitas vezes esses recursos nem chegavam a entrar no país devedor.

Estas afirmações podem ser comprovadas através de alguns depoimentos prestados por autoridades monetárias tanto de países credores como devedores.

Nesse mesmo período, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo (25/3/86), o então diretor da Área Externa do Banco Central, Luís Paulo Gião, afirmou que entre 18 e 20% do total da dívida nunca chegou ao país por "malversação de recursos", ou seja, por má administração. Já o jornal A Folha de São Paulo (16/4/89), publicou a seguinte declaração de David Mulford, o então secretário do Departamento do Tesouro Norte-Americano e 'pai' do famoso Plano Brady: "A dívida externa dos trinta e nove maiores países devedores do Terceiro Mundo estaria praticamente paga se todo o dinheiro resultante da fuga de capitais desses países retornasse a seus cofres. Total da fuga: algo em torno de 340 bilhões de dólares."

Essa evasão de capital ocorreu principalmente via sub ou superfaturamento nas exportações ou importações dos países latino-americanos. Tal prática se verificava notadamente entre as empresas multinacionais através das operações do tipo ma-

triz-filial. Uma revista inglesa (Scrip)⁹ em sua edição de março de 1988, mostrou um exemplo desse tipo de operação. Segundo a revista, o Ministério da Saúde chileno encontrou várias irregularidades nas importações de medicamentos naquele país, e citou três exemplos:

- o produto Diclofenac, importado por um laboratório chileno ao preço de US\$ 115,51/kg; o mesmo produto importado pela multinacional suíça Ciba-Geigy por US\$ 1.648,41/kg;
- Diazepam, importado por empresa chilena a US\$ 39,25/kg e pelo laboratório Roche (suíço) por US\$ 2.360,00/kg;
- Piroxican, importado por laboratório chileno a US\$ 138,00/kg e pelo laboratório Pfizer (norte-americano) por US\$ 12.000,00 !

Um outro elemento também contribuiu, ainda que de forma indireta, para o agravamento da questão da dívida externa da América Latina na década passada: a deterioração nos termos de intercâmbio comercial com os países industrializados.

9. Paulo R. Schilling. Op. cit., pg. 8.

Além da questão da recessão mundial, ocorrida na década de 80 (que por si só já era um agravante terrível para o comércio externo da América Latina), os países credores impuseram ao Continente uma desvalorização enorme nos preços de seus produtos, o que lhe ocasionou uma perda substancial de divisas.

Segundo a Comissão de Estudos para a América Latina-CEPAL,¹⁰ na década passada a América Latina sofreu prejuízos enormes em seu comércio exterior, tendo seus produtos depreciados, em média, em 14% só na primeira metade da década. Em alguns países como Argentina e El Salvador essa desvalorização beirou os 30%. No Brasil, as perdas alcançaram os 41 bilhões de dólares, ou seja, mais da metade da dívida para com os bancos privados internacionais na época. A tabela 2, a seguir, dá uma idéia da situação ano a ano.

TABELA 2

VARIAÇÃO DE PREÇOS DE EXPORTAÇÃO E RELAÇÕES COMERCIAIS
PARA A AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 80
(Variação percentual anual média)

VARIAÇÃO ÍTEM	ANOS								
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
PREÇOS DE EXP.	0,6	-4,7	-3,7	-1,2	-4,0	-10,6	8,5	3,0	2,1
RELAÇÕES COMERCLs	-1,0	-0,1	-1,3	0,4	-2,3	-14,0	-3,9	2,2	7,2

Fonte: Relatórios Banco Mundial

10. Paulo R. Schilling. Op. cit., pg. 9.

Os fatores analisados, aliados a problemas de ordem interna, tais como a falta de planejamento por parte da maioria dos governos latino-americanos na década passada, tornaram dramática a situação da dívida externa do Continente. De acordo com a CEPAL e com o FMI, entre 1982 e 1987, a América Latina recebeu 38,7 bilhões de dólares a título de crédito e pagou, no mesmo período, um total de 166,1 bilhões de dólares, a título de serviços da dívida. Entretanto essa mesma dívida saltou de 331 bilhões de dólares para 410 bilhões de dólares¹¹. O resultado dessa verdadeira sangria de recursos foi a paralisação do crescimento e desenvolvimento do continente, tornando a década de 80 uma década perdida.

Os prejuízos todavia, não se deram somente a nível econômico, mas também, e principalmente, a nível social. Com o início da crise da dívida e a monitoria direta do FMI sobre a economia do continente, os gastos sociais diminuíram drasticamente. Um relatório do Banco Mundial¹² revela que as despesas com saúde, educação, subsídios à alimentação e habitação foram, no ano de 86, algo em torno de 11,109 bilhões de dólares. Dois bilhões menos que os serviços da dívida externa naquele ano.

No Brasil, a medida em que aumentavam os encargos com a dívida externa na década passada, diminuíam os gastos sociais do governo, ou seja, quanto mais recursos financeiros exportava

11. Paulo R. Schilling. Op. cit.; pgs. 8/9.

12. Paulo R. Schilling. Op. cit.; pg. 16.

o país, menos disponibilidades haviam para atender às necessidades sociais de seus habitantes¹³.

Isso num país onde o salário mínimo era de 50 dólares (12 vezes inferior ao de um país desenvolvido); onde as possibilidades de vida não iam além dos 60 anos de idade; onde morriam 1.080 crianças entre zero e dois anos de idade por dia; onde 86 milhões de pessoas alimentavam-se com menos de 2.240 calorias, o mínimo vital; onde o índice de analfabetismo era superior aos 30%; onde se verificava um déficit habitacional superior a 10 milhões de moradias¹⁴.

Mas a questão da dívida não significou prejuízo para todos. Os países imperialistas puderam, em função dela, não só resolver seus problemas econômicos resultantes da crise do petróleo, como também financiar seu processo de desenvolvimento, o qual começou a solidificar-se justamente com o início da crise da dívida latino-americana, ou seja, no início dos anos 80. Esse financiamento entretanto, se deu a um custo social elevado, ao qual Paulo Schilling¹⁵ chamou de "preço social da dívida externa": a miséria e muitas vezes as vidas dos pobres e paupérrimos do Terceiro Mundo.

Pelo que foi exposto, entendemos que a dívida externa do Terceiro Mundo e em especial a da América Latina, não é uma

13. Paulo R. Schilling. Op. cit.; pgs. 16/17.

14. Paulo R. Schilling. Op. cit.; pgs. 17/18.

15. Paulo R. Schilling. Op. cit.; pg. 11.

mera questão financeira. É, isso sim, uma manobra ilegítima do imperialismo no sentido de manter sempre crescente o nível de exploração econômica sobre os países periféricos. Assim sendo, é necessário apagá-la em definitivo das contas internacionais para que se possa estabelecer uma ordem econômica mundial mais justa, que assegure aos povos subdesenvolvidos o direito de sonhar com um futuro mais digno para as novas gerações. Um futuro bem diferente da realidade vivida pelo povo latino-americano na década passada. Um período marcado pela miséria e pelo retrocesso econômico do continente, que se manteve quase sempre subserviente aos interesses imperialistas.

As características desse período passarão a ser analisadas de forma mais específica no capítulo seguinte, onde tentaremos mostrar não só a verdadeira dimensão da transferência de renda dos países latino-americanos para os bancos credores, como também as consequências que essa transferência trouxe para o continente, notadamente o fato dos anos 80 terem se tornado uma lacuna no desenvolvimento da América Latina.

CAPITULO II

DÉCADA DE 80 - UM HIATO TEMPORAL

Como vimos no capítulo anterior, o agravamento da crise do petróleo desencadeou uma série de problemas para a economia mundial, os quais acabaram por dar origem à crise dos anos 80. Essa crise, apesar de ter se originado nas economias dos países centrais, foi sentida de forma mais dramática pelas economias periféricas, notadamente as da América Latina, que passaram a sofrer um terrível processo de espoliação econômica baseado na cobrança de dívidas externas extorsivas. Tal processo, interrompeu a trajetória de crescimento dessas economias, levando-as inclusive à estagnação total. A crise então passou a ser, para a América Latina, a crise da dívida e a década de 80, uma década perdida.

Até o final da década passada, a dívida externa latino-americana superava a casa dos 420 bilhões de dólares, o que correspondia a mais de 40% do valor do PIB do continente na época.¹⁶ Este fato, por si só, revela a dimensão da crise vivida pela América Latina. Entretanto, precisamos analisar mais alguns dados a fim de que fique claro o real significado que teve esse processo de endividamento para os povos latino-americanos durante os anos 80, período que acabou por se transformar num verda-

16. CUT-DESEP. Revista Debate Sindical; pg. 7.

deiro hiato temporal para o crescimento do Continente.

Em função de sua dívida externa, a América Latina remeteu aos bancos dos países industrializados 161 bilhões de dólares somente na primeira metade da década passada (entre 1981 e 1985).¹⁷ Esse montante, superior aos gastos norte-americanos com a Guerra do Vietnã, representou a maior transferência de recursos financeiros de uma região pobre para outra rica, até então.

Esses recursos demandaram um esforço imenso para serem conseguidos, uma vez que representavam o envio, ano a ano, de 5 a 6% do valor do PIB latino-americano.¹⁸ É como a economia permaneceu estacionária enquanto a população do Continente não parava de crescer, fica fácil calcular o quanto foi desastroso para a América Latina o impacto dessa transferência de recursos. Ademais, os governos dos países latino-americanos não esboçavam qualquer reação ante a realidade que se apresentava. Não existiam projetos nacionais capazes de combater a estagnação econômica. Com isso, tanto a qualidade de vida como o nível de investimento caíram drasticamente. O desenvolvimento econômico não só parou como também regrediu. Na verdade, com a crise da dívida, a América Latina passou por um retrocesso econômico extremamente rápido e bastante oneroso do ponto de vista social.

Esse processo de estagnação econômica, bem como o

17. CUT-DESEP. Op. cit.; pg.7.

18. CUT-DESEP. Op. cit.; pg. 7.

agravamento das condições de vida da população começou a se acentuar a partir de 1982, com a declaração da moratória mexicana. Houve aí uma paralisação quase que total do fluxo de empréstimos externos para os outros países da América Latina obrigando a que os recursos para o pagamento do serviço da dívida fossem obtidos, não mais através de novos empréstimos, como ocorria até então, mas fossem gerados pela própria região. No início os governos latino-americanos utilizaram-se de algumas reservas, acumuladas no final da década de 70 em função da volúpia dos bancos em emprestar dinheiro para o Terceiro Mundo (lembramos do que ocorreu logo após o início da crise do petróleo). Mas essas reservas logo desapareceram, fazendo com que os devedores, monitorados pelo FMI, buscassem uma solução extremamente dolorosa: a obtenção, a qualquer custo, de saldos positivos em seu comércio exterior.

A nova realidade tornou-se dramática para a América Latina. Em uma região subdesenvolvida, exportar mais bens e serviços do que importar significava enviar para fora parte de uma produção econômica já insuficiente para a população local. E, como agravante, havia a questão da recessão mundial que, como vimos, ocorria no mesmo período. Esse problema atingiu o comércio exterior latino-americano em duas vias: primeiro, o pequeno crescimento econômico nos países centrais implicou na estagnação do comércio mundial, restringindo as possibilidades da América Latina de aumentar o seu volume de exportações; e, em segundo lugar, provocou uma queda nos preços dos produtos primários, comprometendo o desempenho das balanças comerciais do continen-

te, uma vez que esses produtos ainda eram expressivos na sua pauta de exportações. Segundo Bernardo Kucinski e Sue Branford, em seu livro *A Ditadura da Dívida*, "... o índice de preços inferido pelo FMI para produtos tropicais (como o café e o cacau), caiu 27,7% entre 1980 e 1985, e foi a causa principal da queda ainda maior (31%) nos termos de intercâmbio da América Latina no mesmo período, ou seja, na relação entre o que a América Latina recebeu por unidade exportada e o que teve de pagar por unidade importada."¹⁹

Dessa forma, durante todo esse período, apesar do aumento do volume de produtos exportados em 23%, as receitas obtidas com as vendas ao exterior decaíram em 1%.²⁰ A 'saída' foi combinar a política de aumento das exportações com uma diminuição violenta das importações a fim de obter os dólares necessários ao pagamento do serviço da dívida. O volume de bens e serviços importados pelo continente caiu em mais de 60%. Entretanto, como os preços dos bens manufaturados importados aumentaram, a economia de divisas foi de apenas 41%.²¹

Ainda assim, de um déficit comercial de 1,7 bilhões de dólares em 1981, a América Latina chegou a 1985 com um superávit de 34,4 bilhões de dólares, o que representou 113,6 bilhões de dólares em valores acumulados nesse período.²² Especificamente no

19. Bernardo Kucinski e Sue Branford. *A Ditadura da Dívida*; pg.

20. Bernardo Kucinski e Sue Branford. *A Ditadura da Dívida*;

21. Bernardo Kucinski e Sue Branford. *Op. cit.*; pg. 23.

22. Bernardo Kucinski e Sue Branford. *Op. cit.*; pg. 26.

caso brasileiro, isso se deu também como consequência da política de aumento da produção industrial no Governo Geisel, quando da implantação do II PND. Esta política foi uma resposta da economia brasileira à crise que eclodiu em 1974, sendo esta economia levada a ingressar num período de "marcha forçada", traduzida pela sustentação de altas taxas de investimentos, não obstante as dificuldades oriundas da referida crise.²³

Foi uma mudança significativa em se tratando de uma região subdesenvolvida. Representou também o maior corte de importações em toda a história do Continente.

Essa política de priorização das exportações em detrimento das importações, levou também a uma recessão interna assustadora e ao sucateamento do aparelho produtivo existente. Muitas fábricas cerraram suas portas impossibilitadas de promover sua modernização através da importação de componentes fundamentais para o respectivo processo produtivo. Isso sem falar na abrupta queda na demanda interna. O nível de desemprego cresceu numa região sem nenhum sistema decente de seguro desemprego incrementada também por fatores internos tais como o fracasso do Plano Cruzado, a explosão da taxa de juros interna e a evolução da ciranda financeira, entre outros. A inflação alcançou níveis altíssimos; a brasileira, incrementada também por fatores internos tais como o fracasso do Plano Cruzado, a explosão das taxas

23. Antônio B. De Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza. A Economia Brasileira em Marcha Forçada, pg. 8.

de juros internas e a evolução da ciranda financeira, entre outros, chegou a 933% em 1988; a boliviana, a 25000% em 1985; a nicaraguense atingiu a 37000% no mesmo ano²⁴ e assim, por todo o continente o que se via era um quadro hiperinflacionário. Com isso, houve queda real nos salários por toda a região e, por conseguinte, o poder de compra dos que ainda estavam empregados foi drasticamente reduzido. Os investimentos internos também paralisaram, uma vez que as empresas locais e até as multinacionais mostravam-se inseguras com relação ao futuro da economia latino-americana. Com isso, o PIB por habitante caiu em 8,9% entre 1980 e 1985.²⁵ E se levarmos em conta que houve transferência de grande parte dessa produção para o exterior, na forma de saldos comerciais, para pagamentos da dívida, chegaremos a um PIB per capita efetivamente disponível 19,7% menor ao fim da primeira metade da década de 80.²⁶ Sem dúvida um duro golpe no já combalido nível de renda do povo latino-americano.

Todos esses dados, extraídos de relatórios da CEPAL, comprovam o verdadeiro 'estrangulamento' a que foi submetida a economia latino-americana na década passada em função da problemática da dívida externa. Problemática essa que os banqueiros dos países credores insistem em tratar como uma mera questão técnica de 'fluxos financeiros', passando ao público essa visão como a de uma verdade absoluta. Mas, do ponto de vista dos paí-

24. Paulo R. Schilling. Op. cit.; pg. 14.

25. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pg. 26.

26. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pg. 26.

ses devedores, entendemos ser esta uma versão simplista e mistificadora, que não explica, e muito menos justifica, o mal que esses países estão sofrendo em função do papel que desempenham na economia mundial. O que na verdade ocorreu durante os últimos dez anos na América Latina, foi uma escorchante exploração econômica protagonizada pelo Primeiro Mundo e que levou todos os países devedores a uma tentativa desesperada de obter mais recursos para servir à dívida, aumentando suas exportações e cortando as importações no limite máximo suportável, conforme já salientamos.

Entretanto, os impactos dessa atitude de restringir as importações foram diferentes em cada país latino-americano. Segundo Bernardo Kucinski e Sue Branford, no Brasil e no México, os maiores devedores do continente, o PIB per capita caiu, entre 1981 e 1985, em 3,0 e 3,6% respectivamente.²⁷ Se levarmos em conta que esses países não possuem um bom sistema de seguro social, esses números representam uma perda considerável para suas economias. Mas esses efeitos diminuem diante da destruição sofrida pelos demais países latino-americanos. Em alguns deles, como o Uruguai e a Venezuela, a queda per capita da produção chegou a casa dos 20% e na Bolívia atingiu quase 30%!²⁸

27. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pg. 27.

28. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pg. 28.

Esta situação menos dolorosa vivida pelos grandes devedores se explica por dois fatores. Primeiro, suas economias são maiores e mais diversificadas, dependendo menos de insumos industriais importados. Assim, uma mesma queda percentual de importações tem efeitos maiores nos pequenos países. Em segundo lugar, as dívidas do Brasil e do México, apesar de maiores em termos absolutos, eram menores, em relação ao tamanho de suas economias, do que as dos demais países. Em dois desses países, Bolívia e Costa Rica, a dívida era maior que o PIB.

Uma idéia mais clara a respeito do peso da dívida externa sobre cada uma das economias latino-americanas talvez seja traduzida pela relação entre o pagamento dos serviços da dívida e o valor da produção nacional de alguns países do Continente, ou seja, os serviços pagos como porcentagem do PNB, conforme a tabela a seguir:

TABELA 3
O PESO DA DÍVIDA NA AMÉRICA LATINA OS JUROS COMO PERCENTAGEM DO PIB NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80

	1981	1982	1983	1984	1985
BRASIL	4,5	5,5	4,7	4,9	5,1
MÉXICO	4,5	6,0	5,7	6,6	5,0
ARGENTINA	3,7	7,4	8,0	8,1	7,7
VENEZUELA	5,5	8,0	7,7	7,0	8,1
PERU	4,0	3,9	4,9	5,6	5,5
COLÔMBIA	3,9	2,9	2,7	3,4	3,5
BOLÍVIA	8,0	10,8	10,9	15,4	12,9
URUGUAI	2,3	4,3	4,6	5,2	5,0
CHILE	6,8	9,7	8,0	9,2	8,3
COSTA RICA	7,7	8,9	7,8	7,4	6,6
AMÉRICA LATINA	4,3	5,7	5,3	5,7	5,4

Fonte: CEPAL, in, " A Ditadura da Dívida ". Bernardo Kucinski e Sue Branford.

Tal como já havia sido comprovado, esses resultados mostraram que os maiores devedores (Brasil e México) sofreram efeitos mais leves que os demais países. Novamente Bolívia e Venezuela, além de Chile e Argentina, aparecem como os países mais castigados.

Além disso, esses dados nos levam a uma reflexão muito séria. No trabalho de Paulo Schilling, encontramos dados que dão conta de que, nos anos 20, a Alemanha era forçada a pagar, a título de indenizações de guerra, cerca de 3% de seu PIB.²⁹ O resultado disso foi o fim da democracia no país, a maior inflação da história, o surgimento do nazismo e a Segunda Guerra Mundial, com seus 40 milhões de mortos. Uma vez que a América Latina está sofrendo uma sangria mais intensa, é justo imaginar o que poderá ocorrer caso não haja uma mudança radical em relação à problemática da dívida. As revoltas armadas ocorridas na Venezuela e Argentina em 1988 e a repetição deste fato, em 1992, na Venezuela, parecem ser sintomas de uma crise maior, que vem sendo vivida pelo Continente desde a década passada. Uma crise de cunho social que, desde que foi desencadeada tem se agravado ano a ano, com a proliferação da miséria, da mortalidade e, da violência de uma forma externamente rápida. É importante estarmos alerta para o que pode vir a acontecer caso não se verifique uma mudança radical em relação à dívida externa da América Latina.

E essa mudança deve estar centrada, principalmente, na

29. Paulo R. Schilling. Op. cit.; pg. 14.

estratégia a ser utilizada para resolver a questão. Parece-nos bastante claro que a política posta em prática até aqui com o intuito de gerar divisas para honrar os serviços da dívida, não trouxe vantagens para a América Latina. Pelo menos não no que diz respeito à solução do problema. Os grandes saldos na balança comercial do continente não foram, em momento algum, suficientes para pagar o serviço da dívida e o que se viu por toda a década perdida foi uma América Latina tendo que tomar mais dinheiro emprestado dos bancos para cobrir a diferença, gerando assim uma verdadeira bola de neve. Segundo a Revista Debate Sindical³⁰, "... apesar do enorme crescimento nos saldos da balança comercial, o processo de endividamento latino-americano se aprofundou. Só entre 1981 e 1983, a dívida externa do continente cresceu algo em torno de 20%."

O resultado de tudo isso é o que se vê hoje: um continente com profundas desigualdades do ponto de vista social, onde a maioria da população vive em condições de extrema pobreza em função de uma economia abalada pelo esforço exigido para a enorme transferência de dólares e com uma dívida externa crescente.

Aliás esse foi o único resultado que as receitas ortodoxas do FMI conseguiram na década passada: agravar, ao invés de resolver, o problema da dívida externa da América Latina. Foi assim durante toda a década de 80, um período onde os investimentos caíram, a produção declinou e o Continente parou, conforme podemos ver nas tabelas abaixo:

30. CUT-DESEP. Op. cit., pg. 11.

TABELA 4

EVOLUÇÃO DO PIB DA AMÉRICA LATINA ENTRE 1981 E 1985

PAÍS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO					VARIACÃO ACUMULADA 1980-1985
	1981	1982	1983	1984	1985	
ARGENTINA	-6,7	-6,3	3,0	2,0	-3,0	-10,9
BOLÍVIA	9,7	-6,6	-8,6	-3,7	-2,5	-19,2
BRASIL	-2,0	1,4	-2,7	4,8	7,0	8,4
COLÔMBIA	2,0	1,0	1,2	3,6	2,0	10,7
COSTA RICA	-2,4	-7,3	2,3	6,1	0	- 1,7
CUBA	15,1	3,1	3,8	7,4	4,5	38,3
CHILE	5,2	-13,1	-0,5	6,2	2,0	- 1,7
MÉXICO	8,3	0	-5,2	3,5	3,5	9,8
NICARÁGUA	5,3	-1,2	4,7	-1,5	-2,5	4,4
URUGUAI	1,0	-10,7	-5,9	-1,2	0	-16,2
VENEZUELA	-1,0	-1,3	-5,6	-1,1	0	- 8,7
AMÉRICA LATINA	0,4	-1,5	-2,5	3,2	2,8	2,3

Fonte: Revista Debate Sindical - DESEP/CUT - Ano II nº 8

set/88

TABELA 5

INVESTIMENTO TOTAL COMO PORCENTAGEM DO PIB

PAÍS	1980-1981(média)	1982	1983	1984
ARGENTINA	21,0	19,0	16,2	14,7
BRASIL	23,5	24,3	20,8	17,9
COLÔMBIA	20,0	20,9	19,8	19,4
CHILE	21,7	12,3	10,7	14,9
MÉXICO	29,4	22,5	18,9	18,5
PERU	21,0	23,9	20,8	17,1
VENEZUELA	23,7	26,5	14,7	16,0

Fonte: CEPAL e BID in, Revista Debate Sindical - DESEP/
CUT - Ano II nº 8 set/88

Mas isso não ocorre por um acaso ou mesmo por incompetência. O problema é que o FMI não tem intenção de solucionar a questão. Ao contrário, seu interesse corresponde ao dos credores e é nesse sentido que ele trabalha, impondo mecanismos aos povos latino-americanos a fim de forçá-los a pagar serviços da dívida. Tal afirmação poderá ser comprovada no capítulo seguinte, quando passamos a analisar esses mecanismos de forma mais apurada.

CAPÍTULO III

O FMI E AS TAXAS DE JUROS FLUTUANTES: PROTAGONISTAS DE UMA HISTÓRIA DE DOMINAÇÃO

O FMI tem sido o grande mentor do processo de transferência de recursos da América Latina, impondo mecanismos de monitoramento junto às economias dos países devedores no que se relaciona ao reescalonamento dos débitos vencidos e a vencer. A intervenção se dá através do "ajustamento econômico", um receituário único de política econômica imposto pelo FMI, que varia de intensidade para cada país devedor. Trata-se de uma filosofia que tem como ponto de partida o balanço de pagamentos do país em questão, o qual registra os valores de todas as transações deste com o exterior e está subdividido em duas grandes contas: a conta corrente, que mede as transações comerciais de bens e serviços com o exterior, e a conta de capitais, que mede as entradas e saídas de capitais, sejam eles investimentos, empréstimos ou doações.

Primeiramente o FMI estuda a conta de capitais, analisando quanto os bancos internacionais pretendem emprestar e quanto as empresas estão dispostas a investir e qual a necessidade de moeda forte para o pagamento das parcelas da dívida já vencidas. Com base no provável saldo líquido da conta de capitais, prepara um programa de 'ajustes' para forçar o país a gerar, via aumento de exportações e/ou diminuição de importações,

os dólares necessários ao serviço da dívida.

Através desse raciocínio, toda a responsabilidade pelo sucesso ou não do programa do FMI recai sobre o país devedor. Os bancos ou países credores, no máximo podem fornecer pequenos empréstimos de curtíssimo prazo (os empréstimos-ponte), a fim de evitar uma possível crise de insolvência enquanto o país se 'ajusta'. Dessa forma, o FMI afasta os credores de qualquer participação nas soluções de longo prazo para a crise, eliminando questões fundamentais para a problemática da dívida, como por exemplo, as causas da origem do endividamento, bem como os atores responsáveis pela sua resolução.

A base do receituário de ajustes proposto pelo FMI, o balanço de pagamentos convencional, não reflete claramente a real situação econômica da América Latina, uma vez que seus dados são manipulados de forma a dar sustentação à postura do FMI de responsabilizar unicamente os devedores pela crise da dívida.

Um exemplo dessa 'arrumação' é a não inclusão dos valores relativos ao pagamento de juros e dividendos, que são rendas do capital, na conta movimentos de capital e sim na conta de serviços, juntamente com pagamentos e receitas de fretes, seguros, viagens e outros serviços. A razão disso é simples: a inclusão desses valores na conta de serviços torna o saldo da conta corrente negativo, e da conta de capitais, positivo. Assim, o balanço de pagamentos do país em questão só poderá chegar ao equilíbrio, através de um aumento dos valores na conta relativa a ba-

lança comercial e, para isso, é necessário um aumento das exportações e/ou uma diminuição das importações. Dessa forma, o FMI consegue apresentar uma base teórica de sustentação para implantar seus "programas de ajustamentos" nos países devedores, dando a eles uma pseudolegitimidade. A análise cuidadosa do balanço de pagamentos convencional reflete fielmente esta realidade, conforme nos mostra a tabela a seguir:

TABELA 6

BALANÇO DE PAGAMENTOS DA AMÉRICA LATINA NA PRIMEIRA
METADE DA DÉCADA DE 80 (US\$ BILHÕES)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Balança coml.	-1,4	- 1,7	9,1	31,5	38,7	34,3
Balança serv.(líq)	-29,3	-41,4	-47,4	-40,3	-42,2	-39,5
Saldo c/c	-30,7	-43,1	-38,3	- 8,8	- 3,5	- 5,2
Conta capital(líq):						
Investo. direto	5,7	7,5	5,4	3,1	1,9	1,9
Empréstimos	62,1	77,8	64,0	40,3	29,0	18,4
Amortizações	-21,5	-22,6	-25,3	-14,7	-12,6	-10,0
Outros fluxos	-13,2	-21,8	-28,2	25,6	- 8,5	- 4,8
Balanço	2,4	- 0,4	-22,4	- 5,7	6,3	0,3

Fonte: BID, in , A Ditadura da Dívida; Bernardo Kucinski e Sue
Branford.

Além de disso, esta manobra nas contas do balanço de pagamentos evita que a remessa de lucros e juros feita pelo país devedor, seja restringida por alguma legislação nesse sentido. Isso porque, nos acordos com o FMI em que aceita a convertibilidade de sua moeda, o país devedor se obriga a não restringir pagamentos por serviços.

Ainda com relação ao balanço de pagamentos, do ponto de vista do FMI, a crise teria atingido seu ponto máximo em 1982. A partir de então, a situação teria melhorado sensivelmente, haja vista a grande redução dos déficits em conta corrente. Mas de uma perspectiva "latino americana", o balanço de pagamentos, organizado dessa forma, é altamente enganoso, pois o importante não é a redução do déficit em si, mas a maneira como se deu essa redução. Se ele cai em função de uma queda nas taxas de juros ou devido a melhores preços pagos por mercadorias latino-americanas no exterior, então houve benefício para a região, uma vez que remeteu menos dólares, ou recebeu mais dólares de fora, em troca do mesmo esforço. Mas se a queda do déficit em conta corrente reflete um crescimento dos saldos comerciais sem ganhos de preço, então a situação do continente piorou ainda mais (como efetivamente ocorreu), porque remeteu uma maior quantidade de bens para o exterior com o intuito único de servir à dívida.

Assim, o que realmente importa para a América Latina é se o seu desenvolvimento está sendo ajudado pelo influxo de bens ou serviços ou, ao contrário, está sendo prejudicado pela trans-

ferência desses recursos para fora. Essa questão, desprezada pela teoria do balanço de pagamentos convencional, já foi debatida no primeiro capítulo deste trabalho, quando analisamos os custos econômicos e sociais dos programas de 'ajustamento' implantados pelo FMI.

O "ajustamento", que para o FMI significa retorno a um equilíbrio na conta corrente, ainda que à custa de uma brutal transferência de renda para o exterior (graças inclusive à manipulação dos números referentes ao balanço de pagamentos, já mencionada), deveria significar exatamente o contrário, ou seja, a eliminação dessa transferência de renda e o retorno a um comércio exterior de intercâmbio balanceado de bens e serviços. Entretanto, a posição do FMI revela claramente seus objetivos com relação à problemática da dívida: garantir que os compromissos sejam honrados de qualquer maneira, não importando as consequências, como é função de um feitor a serviço de seu patrão.

Todavia, essa não deveria ser a função do Fundo. Ao ser criado em 1944, o FMI tinha como objetivo central mediar empréstimos de países superavitários em conta corrente e repassá-los a países subdesenvolvidos, dando-lhes a oportunidade de superar seus problemas com o balanço de pagamentos e, ao mesmo tempo, viabilizar seu crescimento econômico. Esse princípio, defendido por Keynes em Bretton Woods, foi perdendo força devido principalmente às pressões norte-americanas. Assim é que, após uma fase de muita atuação, nos anos 50 e 60, o FMI perdeu importância no cenário mundial, principalmente devido à negativa das

grandes potências em adotar soluções globais para a crise do dólar e ao não cumprimento dos acordos de Bretton Woods.

Com o início da crise da dívida latino-americana, a situação se inverteu, e o FMI readquiriu importância, passando a ser visto pelos bancos credores como a "salvação da lavoura". Os banqueiros, embora maravilhados pelos lucros derivados do reescalonamento da dívida mexicana, temiam que, à medida que outros países latino-americanos percebessem a inevitabilidade do reescalonamento, os países industrializados ficariam sem força para impor a todos eles as políticas de ajuste necessárias para o pagamento da dívida por eles contraída. Somente o FMI, enquanto instituição mediadora das relações econômico-financeiras entre as nações, poderia impor algum tipo de condição aos devedores.

Foi dessa forma que o FMI começou a protagonizar os famosos planos de "ajustamento econômico" junto aos países devedores, tomando sempre o cuidado de apresentá-los sob uma ótica ideologicamente aceitável, uma vez que esses ajustes levavam quase sempre a grandes recessões nas economias onde eram adotados. Obviamente, termos como "ajustamento" e "austeridade" soavam bem melhor que "recessão". Dessa forma fica mais fácil tentar justificar tais políticas até como necessidade moral, haja vista que, segundo o FMI, "... o ajustamento é inevitável porque nenhum país pode viver permanentemente acima de seus meios".³¹⁰

31. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pg. 36.

curioso é que os Estados Unidos, principal país defensor da intervenção do FMI nas economias dos países devedores, teve seu processo de desenvolvimento caracterizado exatamente pela ausência de austeridade. E mais, foi a partir da quebra do acordo de Bretton Woods pelos Estados Unidos em 1971 (questão da ausência de convertibilidade do dólar), de sua recusa em cortar seu déficit público via taxa de juros e do início da crise do petróleo, que houve o desencadeamento da crise da dívida latino-americana. Uma posição no mínimo contraditória, a do Fundo: como prescrever austeridade para uns e, ao mesmo tempo, ser conivente com o expansionismo exagerado de outros?

A meu ver, uma hipótese provável é que o expansionismo, dos países centrais, parece necessitar que a periferia adote medidas restritivas, cabendo ao FMI criar condições para que isto ocorra. É aí que entram os programas de "ajustamento", os quais, diga-se de passagem, têm sido eficazes para atender aos objetivos expansionistas dos países credores. Ao que parece, o FMI espera um verdadeiro 'milagre' quando consegue viabilizar o financiamento dos ricos a partir dos pobres.

Os ajustes propostos pelo FMI seguem basicamente duas linhas de ação paralelas, ambas objetivando o corte no déficit da conta corrente: uma delas, cortando a demanda por importações, seja de bens de consumo ou de bens de capital necessários à produção interna. O resultado disso é a recessão. A outra, desviando recursos e partes crescentes da produção para o merca-

do externo. O resultado é a desvalorização cambial, a fim de facilitar a entrada das manufaturas locais nos mercados externos.

A combinação dos dois resultados não poderia ser pior: a hiperestagflação, isto é, uma inflação altíssima combinada com uma profunda recessão. Ao que parece, o remédio é tão ruim, ou mesmo pior que a doença.

O processo inflacionário derivado das medidas impostas pelo FMI surgiu, na década de 80, de várias fontes. Primeiro, as desvalorizações cambiais aumentaram os custos dos bens e matérias-primas importados, incluindo aí o petróleo. No Brasil, por exemplo, o estopim para a explosão das taxas de inflação no início da década passada, foi a desvalorização cambial de 30% ocorrem fevereiro de 1983.³² Em segundo lugar, as desvalorizações cambiais criaram a necessidade de aumentar o volume de bens destinados à exportação a fim de manter o mesmo nível das receitas em dólar. Como havia um grande favorecimento aos exportadores, notadamente no que dizia respeito a crédito subsidiado para produção, o volume de bens destinados ao mercado consumidor interno diminuiu, principalmente, devido à queda no nº de produtores para suprir este mercado, o qual acabou se oligopolizando, trazendo aumento de preços e agravando ainda mais a dura realidade sócio-econômica existente. É fácil perceber que desvalorização cambial significa, na prática, redução do valor do trabalho de um país em relação ao de outros.

32. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pg. 39.

A justificativa do FMI para as desvalorizações cambiais não é satisfatória, uma vez que a maioria das exportações latino-americanas é de matérias-primas tropicais, que não têm competidores, a não ser outros países tropicais também endividados e forçados pelo FMI a desvalorizar suas taxas cambiais. Trata-se portanto, de um círculo vicioso que, ao invés de aumentar o valor das exportações de um país, as reduz pelo efeito das desvalorizações.

Todo esse processo parece fazer parte de uma lógica: o FMI tem como objetivo não declarado, ao prescrever as desvalorizações cambiais aos países devedores, aprofundar a recessão via erosão inflacionária dos salários. Como os salários dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos já são historicamente baixos, a intenção não é diminuir custos de produção, mas reduzir a população ao subconsumo, forçando as empresas a desviar a maior parte de sua produção para os mercados externos, sob pena de irem à falência.

Uma outra fonte inflacionária corresponde à origem do endividamento. Apenas uma parte dos empréstimos foi contraída para financiar investimentos que, após determinado período de maturação, deveriam gerar os recursos necessários para pagar a dívida. Segundo Kucinski e Branford, "... no Chile o dinheiro foi para grupos econômicos novos ligados à especulação imobiliária. Na Argentina, boa parte dos empréstimos beneficiou algumas empresas privilegiadas que logo reinverteram o dinheiro no exte-

rior (lembrem-se do problema da evasão de capitais, discutido no primeiro capítulo). No Brasil, apesar de parte dos recursos ter sido aplicada em investimentos produtivos importantes, muitos empréstimos, principalmente numa primeira fase, foram contraídos para construção de estradas, atividade que não necessita de cobertura cambial, nem de poupança externa, e que não gera dólares diretamente por si mesma. Numa segunda fase, após a crise do petróleo, empréstimos foram concedidos a projetos tornados inviáveis num quadro de grande e prolongada depressão, como as refinarias de alumínio do Amazonas ou as centrais nucleares".³³

Em 1982/3, logo após a explosão da crise da dívida, quando os governos latino-americanos começaram a se interessar pelo problema do endividamento, descobriram que poucas empresas devedoras (estatais ou privadas), estavam em condições de servir à dívida. As desvalorizações pioraram a situação financeira dessas empresas, que tinham dívidas, mas não receitas em dólar. O resultado é que muitas delas quebraram e levaram bancos locais à falência, cujos passivos foram absorvidos pelos Bancos Centrais de seus países.³⁴ O curioso nisso tudo é que bancos dos países credores, apoiados por seus governos, insistiram para que os governos dos países devedores, notadamente os dos países latino-americanos, se responsabilizassem por todos os débitos, fossem de empresas privadas ou estatais. Isso ia de encontro aos princípios do livre mercado, tão valorizados pelos países industriali-

33. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit., pg. 41.

34. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pgs. 41/42.

zados.

Assim é que a dívida latino-americana foi sendo estatizada, e ao final da década passada, em torno de 70% da dívida de grandes países, como o Brasil, eram dívidas do Estado.³³ No caso específico do Brasil, temos a Dívida Mobiliária Federal, que abrange os compromissos do governo por títulos colocados diretamente no mercado interno (títulos em poder do público) e por títulos indiretamente colocados no exterior (títulos em carteira do Banco Central). A vinculação da dívida em carteira com a dívida externa acontece porque o Banco Central pratica crescentemente a política de estatização da dívida externa, assumindo para si os compromissos externos correspondentes às parcelas de capital liquidadas pelos devedores finais junto ao Banco (em cruzeiros), e não resgatadas no exterior por insuficiência de dólares; em contrapartida o Banco Central aplica os recursos em cruzeiros para adquirir títulos públicos no mercado, ampliando sua carteira à custa de aumento de sua dívida externa³⁴.

O serviço dessa dívida tornou-se então um pesadelo para os governos latino-americanos o qual não podia ser afastado simplesmente com a obtenção de saldos de exportação em moeda forte. Na maioria dos países do continente latino-americano, o comércio exportador é dominado por empresas privadas, dos seto-

33. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pg. 42.

34. Dércio G. Munhoz, Dionísio D. Carneiro, Luiz Carlos B. Pereira e outros. Déficit Público Brasileiro: Política Econômica e Ajuste Estrutural; pg. 155.

res de mineração, agroindústria e manufaturas, as quais contraíram apenas uma pequena parte da dívida. Assim, quando essas empresas convertem suas receitas de exportação em moeda local, não há expansão excessiva dos meios de pagamento e, portanto, da inflação. Isso porque, ao mesmo tempo, os Bancos Centrais de cada país recolhem a quantia mais ou menos equivalente em moeda local das empresas que precisam de divisas estrangeiras para servir à dívida. Com a socialização da dívida, entretanto, os serviços correspondentes tiveram que ser assumidos pelos Tesouros dos países da América Latina, os quais, por sua vez, passaram a sofrer quedas de receita, em virtude do período recessivo no início dos anos 80. Criou-se uma contradição entre as receitas de exportação do setor privado e o endividamento do setor público, entre a socialização da dívida e a não socialização dos meios de produção.

Restava aos governos latino-americanos três saídas: cortar gastos públicos, emitir maciçamente moeda ou vender títulos públicos a taxas atraentes. Os dois primeiros caminhos foram descartados por estarem muito limitados e a emissão de moeda, em especial, aumentava brutalmente a inflação. A opção foi a venda de títulos públicos, aparentemente a menos perigosa das alternativas, mas que fez aumentar em muito a dívida pública, obrigando a que os governos latino-americanos emitissem mais e mais títulos para pagar juros dessa dívida e aumentassem mais e mais os juros para atrair os investidores, que não eram outros senão as próprias empresas exportadoras, que tinham assim, uma boa aplicação para os seus excedentes financeiros. O processo de infla-

ção e recessão tornou-se alimentado pela ciranda financeira.

Como vimos, a política pregada pelo FMI como sendo a salvação para os países devedores, está longe de apresentar efetivamente resultados positivos para estes países. O que ocorre na verdade é o surgimento de um verdadeiro ciclo recessivo, que começa pela redução da demanda interna, passa pelo aumento das taxas de inflação e pela queda do poder de compra dos salários, acentuando ainda mais a queda na demanda, e fecha-se com uma recessão ainda mais profunda. Num período de grande endividamento, parece ser um contra-senso adotar medidas que reduzam a produção econômica, quando uma parte crescente dessa produção tem de ser entregue, como um imposto, aos credores da dívida.

Bernardo Kucinski e Sue Branford nos mostram que se ao invés de cair 8,9%, entre 1980 e 1985, o Produto Interno por habitante da América Latina tivesse crescido em 10%, o valor da produção do continente teria aumentado em US\$ 120 bilhões, bem mais que o pequeno aumento de US\$ 15 bilhões conseguido ao seguir a tutela do FMI. Além de vários outros benefícios, o peso do pagamento de juros, por exemplo, teria caído de 5,4% para 4,5% da produção.³⁷

Além de ter sido uma forma ineficiente para a eliminação do desequilíbrio do balanço de pagamentos, a recessão levou

37. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pgs. 44/5.

ao desperdício de vastos recursos econômicos em troca de ínfimos ganhos nas contas externas. Este é o resultado quando se dá prioridade aos compromissos externos em detrimento de todos os outros objetivos de uma economia, como quer o FMI com sua obsessão em relação ao equilíbrio da conta corrente do convencional balanço de pagamentos.

Como vimos, o FMI teve papel fundamental no aprofundamento da crise da dívida latino-americana durante a última década. Desempenhou a tarefa de tutelar as economias periféricas de forma "perfeita", colocando-as totalmente a serviço dos bancos credores e de seus respectivos governos, notadamente os bancos e o governo dos Estados Unidos. Mas não foi só através do FMI que os norte-americanos se utilizaram do processo de endividamento latino-americano em proveito próprio. A questão das taxas de juros flutuantes, principal agravante da dívida latino-americana na década passada, também merece uma análise sob esse prisma. Devido à ratificação de sua hegemonia econômica após a Segunda Guerra Mundial, o governo norte-americano praticamente passou a estipular as taxas de juros no mercado mundial, uma vez que sua economia funcionava como um termômetro para o resto do mundo. Se tudo corria bem para os norte-americanos, as taxas permaneciam estáveis, caso contrário, podia-se esperar por oscilações.

Assim é que, ante a evidência de que a economia norte-americana, e com ela a mundial, caminhava para uma recessão, no começo dos anos 80, o governo americano passou a investir maciçamente em gastos militares a fim de manter o nível de cresci-

mento econômico.

Despesas com armamento sempre foram, desde o pós-guerra, muito importantes para várias economias capitalistas. Para se ter uma idéia dessa importância, só no governo Reagan, os gastos militares alcançaram 34% do orçamento federal norte-americano.³⁸ A continuidade dessa política contribuiu para agravar o endividamento público dos Estados Unidos, tendo como consequência a elevação do processo de endividamento da América Latina.

Além desse crescente endividamento público, os Estados Unidos passou a apresentar, em meados da década passada, um déficit sistemático em sua balança comercial. Em 1986, por exemplo, esse déficit foi da ordem de US\$ 170 bilhões, o que representa 60% a mais da dívida externa brasileira na época.³⁹

Mas em lugar desta situação ser desfavorável para os Estados Unidos, constituiu isso sim uma fonte contínua de recursos para sua economia e um instrumento de controle de seu processo inflacionário. Isso porque os Estados Unidos continuaram a ser a nação capitalista hegemônica, com funções decisivas no processo de regulação financeira e monetária do sistema, de tal forma que, apesar de toda a crise, as transações internacionais eram ainda efetuadas em dólar.

38. CUT-DESEP. Op. cit., pg. 14.

39. CUT-DESEP. Op. cit., pg. 14.

A sustentação de altas taxas de juros por parte do governo norte-americano constituiu um verdadeiro atrativo para que os excedentes de capital gerados em outras regiões fossem canalizados para os Estados Unidos. Essas taxas elevadas garantiram ao governo norte-americano a manutenção de um fluxo contínuo de recursos financeiros do resto do mundo para seu país. Em 1984, por exemplo, a aplicação de capital estrangeiro em títulos no mercado norte-americano foi da ordem de US\$ 170 bilhões.⁴⁰

Dessa forma, grande parte dos recursos financeiros gerados pelo déficit comercial dos Estados Unidos com o resto do mundo, ou através do endividamento das economias do Terceiro Mundo, acabaram sendo carreadas para este país. Esse processo acabou influenciando na dinâmica do sistema financeiro internacional e, conseqüentemente, condicionando a política econômica dos países latino-americanos.

A política de elevação das taxas de juros promovida pelo governo norte-americano não teria, a princípio, maiores impactos sobre o endividamento latino-americano caso não influísse nos compromissos assumidos anteriormente ou caso não fossem realizados novos empréstimos. Contudo, a forma como foram tomados os empréstimos, impôs um aumento no volume da dívida a cada nova elevação das taxas de juros.

A verdade é que os países da América Latina contraíram

40. CUT-DESEP. Op. cit.; pg. 14.

muito mais empréstimos a juros flutuantes, que outros países do Terceiro Mundo. O percentual desses empréstimos no total da dívida do continente chega a 70% (no caso específico da Venezuela, a 88%).⁴¹

Para compreendermos como vários governos caíram nessa armadilha é preciso buscar a origem desse procedimento e entender as alterações sofridas pelo sistema financeiro internacional durante a década de 70.

Os empréstimos a juros flutuantes apareceram no início da crise econômica americana (entre 1974 e 1979), quando não havia sido definida a estratégia para relançamento e modernização dessa economia. Assim, mesmo que os juros oscilassem entre 7%^{aa} e 9%^{aa}, quando era descontada a inflação, o juro real reduzia-se a um valor entre 0% e 1%, o que equivalia ao nível histórico das fases de expansão do capitalismo. Aparentemente não era um mal negócio, mas só aparentemente.⁴² Os governos latino americanos não perceberam que a economia mundial caminhava para um novo período recessivo e que isso acabaria por levar, necessariamente, à elevação das taxas de juros, conforme nos mostra a tabela a seguir:

41. CUT-DESEP. Op. cit.; pg. 15.

42. CUT-DESEP. Op. cit.; pg. 15.

TABELA 7

TAXAS REAIS DE JUROS, 1963-89

PERÍODOS	TAXA MÉDIA REAL *
1963-73	2,64%
1974-79	0,97%
1980-89	5,85%

Fonte: Relatório Banco Mundial-1990

*Nota: A taxa real de juros é calculada como a taxa de oferta interbancária de Londres (LIBOR) menos o deflator do PIB dos EUA.

Esta elevação, conforme vimos, foi brutal (quase 6% de aumento real na década passada), refletindo-se imediatamente nos valores do endividamento latino-americano. Daí as variações estupendas nestes valores, principalmente a partir de 1982, quando as oscilações das taxas de juros alcançaram quase 9% em termos reais.⁴³ Está explicado assim, porque definimos as taxas de juros variáveis como sendo o principal agravante da dívida latino-americana na década de 80.

43. Relatório Banco Mundial sobre Desenvolvimento-1990; pg. 15.

Há que se lembrar também, que os empréstimos de origem privada eram a única opção viável, uma vez que escasseavam cada vez mais os financiamentos públicos de longo prazo. Essa única alternativa de fonte de financiamento refletia a mudança radical ocorrida no sistema financeiro internacional. Este, assim como o sistema produtivo, se internacionalizou e se privatizou no pós-guerra. Para se ter uma idéia do significado disto, basta notar que entre 1961 e 1965, 40% dos recursos financeiros destinados à América Latina tinham origem privada. Já em 1978, esse percentual subiu para 93%.⁴⁴ Novamente tomando o Brasil como caso específico, temos que, entre 1970 e 1972, 69,3% da dívida de longo prazo tinha origem privada. Entre 1980 e 1982, esse valor subiu para 88,1%, chegando a 1989 em 73%.⁴⁵

Essa privatização do sistema financeiro internacional foi acompanhada de sua concentração, deixando o sistema sob o controle de 7 ou 8 grandes bancos.⁴⁶ Pode-se calcular as consequências disso para os países devedores da América Latina. Eles ficaram à mercê do poder de monopólio dos grandes banqueiros, que viam o endividamento crescente como fonte inesgotável de superlucros e, por isso, não cogitaram (e continuam a não fazê-lo) renegociá-lo de uma forma menos traumática para os países devedores. A tabela a seguir pode dar uma idéia clara sobre as relações entre a dívida externa e as taxas de juros flutuantes, bem como com relação à privatização do sistema financeiro interna-

44. CUT-DESEP. Op. cit.; pg. 15.

45. Relatório Banco Mundial sobre Desenvolvimento-1991; pg. 211.

46. CUT-DESEP. Op. cit.; pg. 15.

cional.

TABELA 8

COMPOSIÇÃO DA DIVIDA EXTERNA PENDENTE
(PERCENTUAL DA DIVIDA TOTAL DE LONGO PRAZO)

PAIS	Dív. Fontes Oficiais			Dív. Fontes Privadas		
	86	88	89	86	88	89
ARGENTINA	11,4	17,7	18,6	88,6	82,3	81,4
BRASIL	20,6	24,3	27,0	79,4	75,7	73,0
MÉXICO	12,6	18,1	20,9	87,4	81,9	79,1

Fonte: Relatórios Banco Mundial.

Dessa forma, unindo as duas pontas da 'corda', está fechado o ciclo de dominação a que foi submetida a América Latina na última década. Levada à bancarrota em função, principalmente, das variações da taxas de juros, o Continente curvou-se aos 'dogmas salvadores' do FMI. Se prestarmos atenção a todas as fases do processo de endividamento latino-americano, desde o seu surgimento até o final da última década, veremos que os credores, notadamente os norte-americanos, portaram-se de forma, no mínimo, anti-ética. Contribuíram de forma decisiva para que a

dívida da América Latina chegasse a níveis insuportáveis e depois, numa total hipocrisia, passaram a indicar "soluções" para o problema, as quais só conseguiram agravá-lo. Isso se comprova pelos números do total da dívida de três devedores latino-americanos durante a década de 80, conforme a tabela a seguir:

TABELA 9

TOTAL DA DIVIDA EXTERNA DE TRÊS DEVEDORES
LATINO-AMERICANOS NA DÉCADA DE 80.

PAÍSES	TOTAL DA DIVIDA (MILHÕES DE DÓLARES)			
	86	87	88	89
ARGENTINA	48.908	56.813	58.936	64.745
PERU	15.303	18.058	18.579	19.875
HONDURAS	2.863	3.303	3.318	3.350

Fonte: Relatórios Banco Mundial

Diante disso fica a pergunta: é justo que o Terceiro Mundo, e em especial a América Latina, continue a pagar por uma dívida que foi concebida para não ser paga? É legítimo que a questão da dívida externa latino-americana continue a ser tratada tão somente pela ótica dos credores? E a propósito, quem são os verdadeiros credores? Quem deve a quem?

CONCLUSÃO

QUEM DEVE A QUEM?

Durante todo o trabalho, tivemos a oportunidade de conhecer as diversas formas de espoliação a que está submetida a América Latina em função da problemática de sua dívida externa. Vimos o que significou para o continente a aventura imperialista de reciclagem dos petrodólares, que praticamente deu origem à crise da dívida externa do Terceiro Mundo na década de 80 e à falência de vários países subdesenvolvidos. Analisamos também como o pagamento dos serviços dessa dívida, bem como a exportação líquida de capitais do Sul marginalizado para o Norte enriquecido, aumentou, durante a década passada, os índices de miséria do povo latino-americano e, paralelamente, financiou o espetacular desenvolvimento, social, econômico e científico dos países industrializados.

Tudo isso sem falar da pilhagem que o Terceiro Mundo, e principalmente a América Latina, vem sofrendo desde bem antes, quando da sua descoberta. O saque aos metais preciosos das civilizações asteca, inca e maia, a pilhagem do território brasileiro feita pelos portugueses, a obtenção de mão-de-obra escrava junto aos países da África, tudo isso representou perdas e danos irreparáveis para esses povos, os quais, desde que foram incorporados ao mundo "civilizado", vêm sofrendo as mais diversas formas de exploração e humilhações.

A teoria econômica nos mostrou a enorme disparidade existente entre os empréstimos contraídos, o montante de capital que realmente no Continente e o valor atual do débito. Mostrou também as diversas formas encontradas pelos credores e seus agentes, para camuflar esta situação, maquiando-a de tal forma, que conseguiu dar-lhe ares de legitima. Mas as estatísticas a respeito do problema são vastíssimas, não deixando dúvidas quanto a fragilidade desses argumentos 'legitimadores'. Assim, subsidiados por esta teoria, acreditamos que a única solução para o problema da dívida externa latino-americana seja de caráter político, passando dos cálculos e tabelas matemáticas para a mesa de negociações.

Caso existisse um tribunal competente para julgar as ações predatórias das diversas Nações (bem como de suas classes dominantes), muitos países europeus, assim como os Estados Unidos, seriam condenados por suas práticas colonialistas na América, na África, na Ásia e no Caribe. A sentença poderia ser algo assim: devolver os valores espoliados, acrescidos de juros históricos relativos ao período transcorrido. Para se ter uma idéia do montante que tais valores representariam, vejamos o exemplo dado por Paul A. Samuelson, dando conta de que, "... se houvessem sido depositados, a juros compostos, os US\$ 24 recebidos pelos índios, quando venderam a Ilha de Manhattan, na qual está edificada Nova Iorque, valeriam hoje, pelo menos, tanto quanto o valor total das propriedades imobiliárias da mencionada

ilha"⁴⁷.

Diante do exposto, será que ainda resta alguma dúvida sobre quem realmente deve a quem? A nós nos parece bastante claro que os papéis estão invertidos nesta questão da dívida externa latino-americana. Assim, cabe aos países do Terceiro Mundo, e em especial da América Latina, tentar mudar efetivamente a ordem das coisas. Para que isso venha a acontecer, é preciso que um grande país devedor do continente (como o Brasil, por exemplo) dê o exemplo e passe a contestar efetivamente as 'regras do jogo'.

Motivos existem de sobra para que se tome tal atitude. Em primeiro lugar, a dívida foi contraída, no caso de alguns países, por governos ditatoriais (a maioria apoiada por Washington) os quais, conforme salientamos anteriormente, não possuíam a mínima legitimidade para assumir compromissos em nome dos povos por eles oprimidos. Em segundo lugar, as dívidas dos países latino-americanos foram acumuladas com a cumplicidade dos bancos credores, que tiveram participação nas fugas de capital. Em terceiro lugar, a ação unilateral dos Estados Unidos, provocando a alta nas taxas de juros no final dos anos 70, trouxe prejuízos enormes à América Latina, os quais deveriam ser lembrados numa eventual mesa de negociação da crise da dívida.

47. Paul A. Samuelson, in, Paulo R. Schilling. Op. cit.; pg. 6.

A partir daí, os demais países latino-americanos poderiam ter um referencial de luta contra a terrível espolição à qual continuam submetidos, acumulando forças para repudiar a dívida. Escolhido o caminho, falta definir que tática empregar para se alcançar o objetivo. Acreditamos que existem duas possibilidades para o conjunto de países da América Latina: decretar uma moratória unilateral ~~conjunta~~ a fim de forçar um outro tipo de acordo ou simplesmente declararem-se falidos e cancelar a dívida de vez.

A nosso ver, a segunda opção parece ser a mais acertada para o continente, haja vista a enorme quantidade de capital enviada ao exterior para servir à dívida e o ínfimo montante efetivamente recebido pela América Latina. Dados extraídos do livro de Bernardo Kucinski e Sue Branford dão conta de que, no apogeu do endividamento (entre 1976 e 1980), a América Latina recebeu somente US\$ 26,1 bilhões líquidos. Esse seria o montante real devido pelo continente, descontados os juros e a fuga de capitais. Seria também a única parcela da dívida que efetivamente contribuiu poderia ter contribuído para investimentos produtivos e que, por isso, deveria ser honrada. Entretanto, só entre 1980 e 1987 a América Latina já havia pago US\$ 133,6 bilhões (cinco vezes o valor recebido) .⁴⁸

Mas não devem haver ilusões: uma vez escolhido este

48. Bernardo Kucinski e Sue Branford. Op. cit.; pg.222.

caminho, a luta será árdua e longa. E só através da mobilização conjunta dos povos da América Latina, o objetivo do cancelamento poderia ser alcançado, mesmo com os riscos de retaliações externas. Isso porque, sem um maior intercâmbio político dos países da América Latina em torno de um objetivo comum, ficará fácil para os países credores, bastante organizados nesse sentido (vide FMI, Clube de Paris, e outras organizações tipicamente credoras), minar qualquer tentativa isolada de 'rebeldia', haja vista a enorme dependência de cada devedor isoladamente em relação ao conjunto de credores. Isso sem falar nos interesses internos que seriam contrariados. Estes corresponderiam aos interesses da classe econômica dominante, a qual se beneficia da dívida tanto nos aspectos ilícitos, como fuga de capitais e especulação financeira, como nos aspectos ordinários, como o favorecimento ao setor exportador.

A posição de enfrentamento da questão da dívida nesses termos exigirá ainda medidas muito parecidas com aquelas que caracterizam uma economia de guerra, como o racionamento de consumo, por exemplo. Por essa razão é necessário que os governos desses países possuam legitimidade e apoio popular.

Mesmo assim, acreditamos que qualquer sacrifício seria válido quando a luta é por liberdade. Nesse caso uma liberdade que pode trazer consigo alguma esperança de futuro para um povo já tão combalido como é o povo latino-americano, e uma nova ordem econômica para o mundo, na perspectiva de diminuir a distância que existe entre os dois hemisférios do planeta. Não devemos

BIBLIOGRAFIA

1. CARDOSO, Eliana A. e FISHLOW, Albert. Macroeconomia da Dívida Externa. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
2. CASTRO, Antônio Barros e PIRES, Francisco E. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1985.
3. CASTRO, Fidel. A Dívida Externa. Porto Alegre, L&PM Editores, 1986.
4. DEZELIN, Jacques. Do Embuste das Dívidas Externas ao Absurdo dos Privilégios às Exportações. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1987.
5. KUCINSKI, Bernardo e BRANFORD, Sue. A Ditadura da Dívida: Causas e Consequências da Dívida Latino-Americana. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
6. MUNHOZ, Dércio G., CARNEIRO, Dionízio D., PEREIRA, Luiz Carlos B. E Outros. Déficit Público Brasileiro: Política Econômica e Ajuste Estrutural. São Paulo, 1986.
7. REVISTA DEBATE SINDICAL. CUT. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos. Ano II, número 8, São Paulo, 1988.

Paulo. Balanço de Pagamentos e Dívida Externa. São
Editora Ática, 1989.

Dicionário de Economia. São Paulo, Editora Best
, 1989.

NG, Paulo R.. A Dívida Externa e o Imperialismo na Pe-
tima Década do Século XX. Centro Ecumênico de Documen-
tação e Informação. São Paulo, 1989.

11. SOUZA, Nílson A.. A Nova Ordem Econômica Internacional. São
Paulo, Editora Global, 1987.

12. SOUZA, Paulo Renato. Quem Paga a Conta ? Dívida, déficit e
inflação nos anos 80. São Paulo, Editora Brasiliense,
1989.